



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2025**  
*(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)*

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, o encaminhamento, por meio da Mesa Diretora desta Casa, de pedido de informações ao **Ministro de Estado das Relações Exteriores**, em relação à notícia que a Venezuela estaria usando o Brasil em fraude de US\$ 1 bilhão de dólares no petróleo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, quanto à notícia que a Venezuela estaria usando o Brasil em fraude de US\$ 1 bilhão de dólares no petróleo.

**J U S T I F I C A Ç Ã O**

O Colegiado da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), na Reunião Deliberativa Extraordinária realizada em 21 de maio de 2025, aprovou o **Requerimento nº 62/2025-CREDN**, de iniciativa do Deputado Gustavo Gayer (PL/GO), por meio do qual solicita ao Ministro das Relações Exteriores que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1-O Itamaraty foi comunicado formalmente, por canais diplomáticos ou organismos internacionais, a respeito da utilização do Brasil como parte de um esquema de evasão das sanções impostas à Venezuela?*
- 2- Considerando a gravidade do caso e seu impacto nas relações multilaterais, especialmente com países que mantêm sanções ao regime venezuelano, quais medidas*





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

*diplomáticas estão sendo adotadas pelo Brasil para preservar sua imagem e sua neutralidade?*

3- *O MRE realizou ou pretende realizar consultas com os governos da China, dos Estados Unidos ou da Malásia — países diretamente afetados ou citados nas reportagens — a fim de esclarecer os fatos e demonstrar compromisso com a legalidade internacional?*

4- *O Brasil corre o risco de sofrer retaliações diplomáticas, comerciais ou restrições financeiras devido a essa possível associação com fraudes internacionais? Como o Itamaraty avalia esse risco?*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro das Relações Exteriores entenda como pertinentes, sobre o tema.

As recentes denúncias envolvendo o uso do território brasileiro como plataforma para mascarar a origem de petróleo venezuelano acendem um alerta grave para a soberania, a imagem internacional e a integridade institucional do Brasil.

Segundo notícia amplamente repercutida por veículos da imprensa nacional<sup>1</sup>, empresas estariam fraudando a origem de embarques de petróleo da Venezuela — país alvo de sanções internacionais — com o objetivo de burlá-las e facilitar a entrada do produto no mercado global, especialmente na China.

A operação, estimada em mais de US\$ 1 bilhão, envolveria práticas sofisticadas como a adulteração de sinais de localização (spoofing) e transferência de carga entre navios em alto-mar, fazendo com que o petróleo venezuelano fosse falsamente rotulado como se tivesse origem brasileira. Isso não apenas compromete a legalidade do comércio exterior, como pode associar o Brasil a práticas ilegais de triangulação comercial e evasão de

<sup>1</sup> <https://veja.abril.com.br/coluna/radar-economico/venezuela-estaria-usando-o-brasil-em-aude-de-us-1-bi-no-petroleo/>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

sanções — com sérias consequências diplomáticas, econômicas e reputacionais.

É extremamente preocupante que o nome do Brasil esteja sendo associado, ainda que indiretamente, a esquemas de dissimulação geopolítica envolvendo recursos estratégicos e regimes sob sanção internacional. O uso indevido da bandeira, dos portos e das águas jurisdicionais brasileiras, caso confirmado, pode configurar não apenas fraude comercial, mas também violação de compromissos internacionais assumidos pelo país, colocando em xeque sua credibilidade junto a parceiros estratégicos e organismos multilaterais.

Diante da gravidade dos fatos, é urgente que o governo federal, por meio dos ministérios competentes — em especial o Ministério de Minas e Energia, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa — atue de forma coordenada, transparente e firme. É essencial identificar responsabilidades, reforçar os mecanismos de fiscalização marítima e portuária, e impedir que o Brasil seja convertido, na prática, em território neutro para práticas ilícitas de comércio internacional.

Mais do que um escândalo comercial, este caso expõe vulnerabilidades que afetam diretamente a soberania nacional e o papel do Brasil como ator responsável no cenário global. É preciso agir com celeridade e responsabilidade — pois, em tempos de crise geopolítica e vigilância internacional, a omissão também tem um preço.

Plenário da Comissão, 21 de maio de 2025.

*(assinado digitalmente)*

**Deputado André Fernandes**  
**Presidente em exercício**

